

**SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA
SIPLAN**

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor
CTPD**

Ata da 35ª Reunião Ordinária de

Data: 08/07/2015

Local: Sala 2 – Subsolo CASS

Membros Titulares e Suplentes presentes: Wanderson Barreto Corrêa (SMU/CGPU/CMP); Claudia Muricy (SMU/CGPU/CMP); Eduardo Andrade (SMU/CGPU/CMP); Mônica Bahia (SMU/CGPU/CMP); Marcelo Fonseca (CGPIS) Maria do Carmo Camocardi (SMU/CGPE); Gracira Silveira (SMAC); Marcos Borges Pereira (SMAC); Georgiane Costa (Rio-Águas); Ricardo Neiva (GEO-RIO); Paulo Roberto Jardim (COMLURB); Paula Merlino (IRPH); Henrique Fonseca (IRPH); Luis Peruci (SMTR); Henrique Torres (CET-Rio); Arnaldo Lyrio Filho (CET-Rio); Rosane Lopes de Araujo (SMH); Cristina Barreto da Silva (SMH); Carlos Rocha (SEOP); Jean Pierre Janot(CAU); Leonardo de Paiva Ferreira (RIOURBE); Davi Figueiredo Becker (Defesa Civil); Claudia Alves de Oliveira (PGM); e Marisa Valente (SMU/CGPU/CPL).

.....

Wanderson inicia a reunião às 10 horas e 30 minutos.

Assuntos tratados:

Wanderson (SMU/CGPU/CMP) informa que nessa reunião haverá a apresentação da avaliação das ações estruturantes da política de patrimônio cultural do Plano Diretor, que será feita pelos representantes do IRPH, e a de política habitacional, que será feita pela representante da SMH.

Wanderson (CMP) realiza a leitura da ata da 34ª reunião ordinária do Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor. Claudia Alves (PGM) fez uma correção sobre a pergunta feita por ela sobre o Golfe Olímpico, que foi incorporada e a ata foi aprovada por todos os presentes.

Wanderson (CMP) apresenta os informes:

- A versão preliminar do Diagnóstico Urbano-Ambiental do Rio de Janeiro, que está sendo elaborada pela Coordenação do CTPD, será enviada para os membros do comitê para análise e complementações, que devem ser enviadas em até 15 dias.
- Haverá reunião extraordinária do CTPD no dia 22 de julho, às 10h, no sub-solo do CASS para apresentação do IPP sobre Indicadores Urbanos.
- Daniel Mancebo (CMP), coordenador do CTPD, será um dos representantes da SMU na elaboração do próximo Plano Estratégico. Ele pretende também encaminhar as colaborações oriundas do Sistema de Planejamento (SiPlan) e do CTPD.

Paula e Henrique (IRPH) iniciam a sua apresentação sobre a avaliação das ações estruturantes da Política de Patrimônio Cultural, apontando os objetivos e diretrizes definidos no Plano Diretor. Posteriormente, analisam cada uma das ações estruturantes, elencando os programas do IRPH que fazem referência a elas e avaliam se a ação está sendo implementada e em que medida.

Foram analisadas as seguintes ações:

I. ampliar e modernizar os procedimentos de pesquisa, inventário, cadastro, registro, descrição, classificação e outras formas de acautelamento e proteção do Patrimônio Cultural, material e imaterial, do Município;

II. ampliar e modernizar os serviços de atendimento ao público e de consultoria técnica que envolvem a conservação, recuperação e restauração dos bens tombados, protegidos e declarados;

III. articular, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos vinculados ao Patrimônio Cultural das demais esferas governamentais, ações de estímulo à proteção e à valorização do Patrimônio Cultural, incluindo disciplina relativa ao tema no currículo do ensino básico;

IV. elaborar os Planos de Gestão das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural e demais bens culturais, quando necessário;

V. acompanhar e analisar os indicadores do desenvolvimento das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural;

VI. implementar a Carta Arqueológica da cidade, mapeando, georreferenciando e incorporando ao

Sistema de Informações Geográficas do município os dados relativos às Reservas Arqueológicas, Sítios Arqueológicos e Áreas de Potencial Arqueológico;

VII. promover a acessibilidade digital à informação acerca dos bens tombados, protegidos e declarados de interesse ao patrimônio cultural, sejam de natureza material ou imaterial;

VIII. ampliar a promoção e a divulgação do patrimônio cultural através de publicações de revistas, livros, participação em eventos científicos, dentre outras formas de comunicação;

IX. fomentar a qualificação profissional dos técnicos do patrimônio cultural, através de seu aperfeiçoamento técnico-científico neste campo de atuação;

X. implementar os planos de salvaguarda dos bens culturais declarados de natureza imaterial.

As principais considerações foram:

Ações em processo de implantação, com destaque para a implementação do Livro de Registro de Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis e para o mapeamento das APACs e Bens Protegidos no âmbito dos esforços para alimentação do SiUrb, convênios com o Studio X e o Sebrae, estudo para identificação de vazios, projeto para inventariar e recatalogar o acervo do IRPH em conjunto com o Arquivo da Cidade, a meta de redução do prazo de tramitação dos processos no IRPH, elaboração de planos de gestão das APACs (projeto-piloto APAC Marechal Hermes) e do Parque do Flamengo, projeto de educação patrimonial “A cidade é sua”, iniciativas para acessibilidade e divulgação digital de informações através de aplicativos para celulares.

Mônica (CMP) sugere incorporar o projeto de educação patrimonial urbana em curso nas escolas municipais, de autoria de Pedro Lessa.

Eduardo (CMP) pergunta se a Livraria Leonardo da Vinci será incluída no Livro de Atividades Tradicionais.

Henrique (IRPH) responde que a proprietária foi procurada, mas não houve interesse por parte dela.

Mônica (CMP) pergunta se as festas juninas tradicionais já foram registradas como patrimônio imaterial.

Henrique (IRPH) reconhece que seria interessante, mas esse trabalho ainda não foi iniciado.

Claudia (PGM) ressalta que houve uma evolução da visão do patrimônio cultural no planejamento, destacando a mudança de foco apenas na proteção do imóvel para a proteção da ambiência urbana. Contudo, aponta que ainda não existe fundo municipal regulamentado para esse tema, apesar dos cinco projetos de lei feitos pela PGM para esta finalidade.

Mônica (CMP) observa que é preciso dar continuidade a este processo de evolução da visão do patrimônio cultural no planejamento em direção à proteção da paisagem, conforme preconizado no Plano Diretor de 2011, integrando a proteção ao patrimônio natural à proteção do patrimônio cultural. Afirma que este desafio vem de encontro também às novas responsabilidades do poder público em suas diversas instâncias, advindas da inserção da cidade na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO na categoria Paisagem Cultural.

Jean (CAU) aponta a necessidade da integração no planejamento e exemplifica com as contradições que existem entre os projetos de alinhamento que desconsideram imóveis protegidos nos seus traçados.

Wanderson (CMP) finaliza a reunião às 11 horas e 35 minutos.

ENCAMINHAMENTOS

Como não houve tempo hábil para a apresentação sobre a avaliação das ações estruturantes da Política de Habitação, essa será reagendada.